

Márcia Regina de Sousa Pereira

Federalismo brasileiro e Mudanças Climáticas

a atuação do Consórcio
Interestadual da Amazônia Legal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Lista de Figuras	XIII
Lista de Abreviaturas	XV
Prefácio	XIX
Introdução	1
1 Evolução do Federalismo no Brasil e o Desenvolvimento do Federalismo Cooperativo na Constituição de 1988	9
1.1 Federalismo e o Estado Federal: as influências no Estado brasileiro	9
1.1.1 Conceitos Básicos do Federalismo	9
1.1.2. O Estado Federal: tipologias e concepção jurídica	14
1.2 O Federalismo Clássico e o Federalismo Cooperativo	17
1.2.1 Federalismo Clássico - ‘Dual’	17
1.2.2 Federalismo Cooperativo	20
1.3 Influências Externas no Federalismo Brasileiro	22
1.3.1 O Federalismo Americano	22
1.3.2 O Federalismo Alemão	25
1.4 Federalismo no Brasil: Percurso Histórico	27
1.4.1 Da Monarquia à República	27
1.4.1.2 Era Vargas e as Constituições de 1934 e 1937: centralização do poder e seus efeitos no federalismo	34
1.4.1.3 A Carta de 1937 e um novo período centralizador	36
1.4.1.4 A volta do regime democrático com a Constituição de 1946	38
1.4.1.5 O Regime Militar e a nova centralização no federalismo: a Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1 de 1969	39
1.4.1.6 A Constituição de 1988 e o Federalismo Cooperativo	42

1.5 Federalismo Cooperativo na CF de 1988 e as relações intergovernamentais	47
1.5.1 Repartição Constitucional de Competências e os arranjos intergovernamentais.....	47
1.5.2 O Federalismo Climático: um caminho a avançar nas relações intergovernamentais	54
2 O Regime Internacional Sobre o Clima, a Amazônia e a Formação do Consórcio da Amazônia Legal	61
2.1 A Convenção Internacional sobre o Clima: uma breve contextualização	61
2.1.1 A Convenção-Quadro sobre o Clima	64
2.1.1.1 O Protocolo de Kyoto.....	67
2.1.1.2 O Acordo de Paris e a Amazônia Brasileira	70
2.1.1.3 As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e o Desmatamento na Amazônia	74
2.1.1.4 A Política Nacional sobre o Clima no sistema federativo brasileiro	79
2.1.1.5 A cooperação dos entes federativos na repartição de competências constitucionais.....	86
2.1.1.6 A Lei Complementar nº 140/201, a Política Climática e o exercício das competências concorrentes legislativas	92
2.1.1.7 Da competência concorrente ou comum administrativa e a Lei Complementar nº 140/2011.....	97
2.1.2 Os Desafios Climáticos na Amazônia e a cooperação federativa	99
2.1.2.1 Amazônia Legal: breve histórico	99
2.1.2.2 O desmatamento, o clima e o modelo de desenvolvimento na Região Amazônica	103
2.1.2.3 A Formação do Consórcio da Amazônia Legal: antecedentes	115
2.1.2.4 GCF Task Force e os governos subnacionais da Amazônia Legal	119

3 O Consórcio da Amazônia Legal: formação, natureza jurídica e cooperação federativa	127
3.1 A formação do Consórcio da Amazônia Legal: constituição legal, natureza jurídica, governança e o federalismo cooperativo.....	127
3.1.1 Os primeiros arranjos cooperativos, o artigo 241 da Constituição e a Lei de Formação dos Consórcios	127
3.1.2 A criação dos Consórcios Públicos: requisitos legais, natureza jurídica, protocolo de intenção e contrato de rateio	130
3.1.3 O Consórcio da Amazônia Legal: cooperação voltada ao desenvolvimento sustentável	139
3.1.3.1 O Consórcio da Amazônia Legal: cooperação e desenvolvimento sustentável regional.....	159
4 O Consórcio da Amazônia Legal e a efetividade da cooperação com a União no cumprimento das metas do Acordo de Paris	171
4.1 O Consórcio da Amazônia: uma inspiração à teoria do federalismo das Regiões de Bonavides?	172
4.1.1 A relação interfederativa do Consórcio da Amazônia Legal com a União e outros atores: em busca da efetividade da LC nº 140/2011	181
4.1.2 A relação de cooperação da União com o Consórcio da Amazônia Legal e os Estados da Amazônia para redução do desmatamento	192
4.1.3 A dinâmica do Consórcio na relação federativa com a União e a Conferência das partes - COP.....	203
4.1.4 A efetividade da relação do CAL com a União e as metas do Acordo de Paris	209
4.1.5 A cooperação no sistema federal em relação ao PPCDAM e a contribuição para as metas do Acordo de Paris: possibilidades para avanços	217
Conclusões.....	229
Referências	241